

AS TEIAS DIALÓGICAS DE *O ALIENISTA*: UMA AMBIVALÊNCIA ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO *

Ádamo Guedes Santos de Moraes **

A proposta desse texto é discutir algumas razões que induzem Machado de Assis a escrever *O Alienista* ¹. Desse modo, diante da necessidade de cumprir com esse objetivo, busca-se dialogar com a história social e com a história cultural. Conforme é possível perceber, em se tratando de história, não é possível pensar em cultura sem sociedade ou pensar em sociedade sem cultura. Isso significa que a fronteira desses dois domínios da história é tênue ². De fato, quando pensamos em *O Alienista*, não podemos perder de vista dois aspectos que influencia a produção desse conto. O primeiro, refere-se a inserção política de Machado de Assis na corte ³, caracterizada pelo conflito, ao se envolver em debates com intelectuais *da* corte, como Capistrano de Abreu e das críticas que faz a Francisco de Varnhagen, e com intelectuais *na* corte, como Sílvio Romero, no que diz respeito ao projeto de identidade nacional desenvolvido para o Brasil, a partir da literatura nacional e da história do Brasil, na década de 1870. Conforme compreende Thompson, a cultura é um palco de disputas, conflitos e lutas de classes que caracterizam a sociedade como um todo. E o segundo, pela sua postura contraditória, uma vez que o seu conto ironiza com o *imprinting cultural*, isto é, com a *conformidade cultural* de sua época, em que negros e mulatos são responsáveis pelo “atraso” cultural do Brasil, segundo o paradigma cientificista, sob a

* Esse texto é um resumo de algumas partes da minha dissertação de mestrado, intitulado *O cosmopolitismo e a insensatez(1860-1882): a loucura como conformidade cultural no Rio de Janeiro de Machado de Assis*, que desenvolvi junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, entre os anos de 2007 e 2008.

** O autor desse texto é professor da rede particular do ensino médio e mestrando em história na UFPB.

¹ Em um breve resumo, podemos apresentar o enredo desse conto: o médico Simão Bacamarte, ou o alienista, recém-chegado da Europa, começa a estudar, de modo obsessivo, a loucura, além de conseguir, junto à Câmara de Itaguaí, cidade onde reside, permissão para construir um asilo para alienados. Essa instituição de controle, conhecida por Casa Verde, passa a ser administrada por ele. De início, a população, que aceita com simpatia esse gesto de progresso para a vila, começa a se assustar com a quantidade de pessoas que o alienista passa a recolher nesse lugar, alegando serem loucas.

² Ao discutir a formação da história social como um campo teórico do conhecimento, a partir de seu desligamento da história econômica, e que, durante esse processo, sendo compreendida por significados variados, Hobsbawm explica que alguns representantes dos Annales, como Marc Bloch, Fernand Braudel e Georges Lefebvre, por exemplo, não podem ser identificados como historiadores sociais. Entretanto, há uma exceção a ser considerada em que há um aspecto comum: tanto a história social como a nova história francesa estuda tudo aquilo que diz respeito ao homem ou que pelo menos o identifique como sujeito histórico de seu tempo.

³ Quando mencionamos o termo corte, procuramos nos aproximar de dois significados compreendidos por Schwarcz: o primeiro, no seu sentido prático, refere-se a um conjunto de pessoas que tem maior proximidade com D. Pedro II e que são, em sua maioria, titulados; e, o segundo, refere-se a certos espaços do Rio de Janeiro e que funcionam como centros de sociabilidade da vida pública, entre a elite rural e a camada média.

influência do positivismo e do darwinismo social, embora a sua sobrevivência dependa do seu envolvimento no mesmo sistema político de relações sociais e institucionais que aceita essas duas doutrinas como conhecimentos autorizados ⁴.

A história cultural também assume um papel fundamental, uma vez que Machado de Assis, ao escrever *O Alienista*, trabalha com algumas alegorias, podendo ser considerados registros de certos costumes e valores da corte, e, concomitantemente, divulga junto ao seu público a sua leitura peculiar acerca dessa experiência. Nesse sentido, a ficção machadiana realiza-se pelo plano da sua imaginação e da sua impressão pessoal acerca de certos costumes e valores da corte. Logo, quando se busca dialogar com algumas idéias Ricoeur, é possível considerar que *O Alienista* “destrói o mundo”. Em outros termos, ao fazer do seu discurso um evento, com esse conto, Machado de Assis organiza uma temporalidade auto-referencial – o tempo da trama narrada – e a mediação entre a linguagem e o mundo – o tempo do narrador –, para revelar de modo sutil sua impressão acerca de idéias estrangeiras, como o positivismo e o darwinismo social, valorizadas pela corte. Dessa maneira, *O Alienista* transita entre a fronteira da narrativa ficcional e da narrativa histórica, porque há nele um sentido político, articulado com questões de uma época, e um referente ou um *mundo reinventado*, porque o seu discurso assume um posicionamento de verdade que procura se aproximar de certas experiências vividas e testemunhadas por Machado de Assis. Isso significa que a narrativa literária toma a ficção como caminho exclusivo para reorganizar o mundo do autor e de sua sociedade. Essa “destruição do mundo” pela ficção, que caracteriza a narrativa literária, é entendida por Ricoeur como separação da *referência de primeiro nível* ou da *linguagem ordinária* para assumir uma *referência de segundo nível*.

A *referência de primeiro nível* pode ser exemplificada pela narrativa histórica, porque esta trabalha com o discurso descritivo, confirmado e didático, mas é a *referência de segundo nível* a característica fundamental da narrativa literária. A *referência de segundo nível* consiste no discurso fictício da literatura que abre possibilidades de colocar em evidência experiências do escritor e de sua imaginação sobre o mundo. Além disso, a ficção também proporciona ao escritor a possibilidade de compreender a *si mesmo* porque, ao criar um evento pelo seu discurso, ele supera o modo de *ser-dado*, isto é, ele não limita o papel das alegorias em caracterizar as experiências vividas, mas procura, por intermédio delas, alcançar uma maneira

⁴ Não se pode desconsiderar o fato de que Machado de Assis mantém a sua carreira de jornalista e desenvolve a sua escrita literária sob o apoio dos vários Jornais em que ele trabalha. E, na maioria das vezes, os administradores dessas imprensas são patrocinados por D. Pedro II, como a *Marmota Fluminense*, por exemplo, dirigido por Paula de Brito, ou pelo menos eles são de oposição a Monarquia, como o *Correio Mercantil*, administrado por Teófilo Otoni e Saldanha Marinho, mas esses intelectuais, inclusive o segundo, aprecia o positivismo.

de *poder-ser* pelas variações imaginativas que a sua obra literária realiza. Nesse sentido, Ricoeur considera que a ficção é o caminho privilegiado, trabalhado pela literatura, que realiza a *mimese* da “realidade”. Ricoeur (1994: 55) define *mimese* como a “[...] *imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da intriga*”. Distanciando-se do modelo aristotélico ⁵, Ricoeur pensa a *mimese* pela relação entre o tempo e a narrativa. Desse modo, toda organização de uma narrativa ficcional e histórica implica na reconstrução de uma experiência temporal, e a *mimese*, por sua vez, funciona como uma característica de mediação nesse processo. Contudo, Ricoeur nos chama a atenção para o problema colocado pela narrativa no que toca ao desígnio referencial e à pretensão de verdade. Só a narrativa histórica assume a necessidade de se ancorar em uma referência que se inscreve na *realidade empírica*, pois a intencionalidade histórica está direcionada para os eventos que ocorreram, segundo as informações dos vestígios que são trabalhados pelo historiador. Nessas condições, a referência por meio de vestígios parece se distanciar da referência metafórica, comum a todas as obras literárias, na medida que, para esta última, o passado é reconstruído pela imaginação. Mas, ao problematizar essa questão de maneira inversa, Ricoeur pensa na possibilidade de aproximação da narrativa ficcional com a narrativa histórica:

[...] *coloca-se a questão de saber se a narrativa de ficção, por sua vez, não retira da referência por meio de vestígios uma parte de seu dinamismo referencial. Toda narrativa não é contada como se tivesse ocorrido, como a testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal? Nesse sentido, a ficção se inspiraria tanto na história quanto a história na ficção. É essa inspiração recíproca que me autoriza a colocar o problema da **referência cruzada** entre a historiografia e a narrativa de ficção* (RICOEUR, 1994: 125, grifos do autor).

Então, ao escrever *O Alienista*, entre os anos de 1881 e 1882, não estaria Machado de Assis ironizando os intelectuais da corte, como Varnhagen e Capistrano, e na corte, como Romero? De fato, a partir de *O Alienista*, Machado de Assis parece sugerir reflexões acerca da influência sem limites do positivismo e do darwinismo social, trabalhados por esses intelectuais, uma vez que essas correntes teóricas posicionam o Brasil a um grau “inferior” na hierarquia cultural, quando comparado às condições sócio-econômicas da França e da Inglaterra. O darwinismo social explica a desigualdade, o descompasso cultural entre essas

⁵ Segundo Ricoeur, Aristóteles não relaciona *mimese* com a experiência temporal. De fato, para Aristóteles, a *mimese* é uma característica da ação da própria tragédia, da comédia e da epopéia e que é atemporal.

três nações, a partir de dois critérios fundamentais: a economia apoiada na indústria e na eugenia ⁶.

Assim, é possível considerar Machado de Assis como um escritor engajado, ao fazer política em *O Alienista*, em resposta aos debates que ele estabelece com Capistrano e Romero e das críticas feitas a Varnhagen, mas sem perder de vista também a oportunidade de avaliar a sociedade da qual faz parte. Podemos caracterizar o envolvimento de Machado de Assis com a política da corte da seguinte maneira:

[...] o engajamento implica com efeito numa reflexão do escritor sobre as relações que trava a literatura com a política (e com a sociedade em geral) e sobre os meios específicos dos quais ela dispõe para inscrever o político na sua obra (DENIS, 2002: 13).

De certa maneira, quando escreveu *O Alienista*, no início da década de 1880, Machado de Assis estava preocupado com o bem-estar e com a organização cultural do Rio de Janeiro. Assim, esse escritor deixou registrado, nesse conto, reflexões de como viveram homens e mulheres na corte e que tipo de implicações a relação entre normas culturais locais e estrangeiras provocaram em suas vidas. Logo, é possível considerar a produção de *O Alienista* como parte de um jogo político, no qual Machado de Assis se envolve ao refletir os limites e as possibilidades do projeto de identidade nacional, a partir do modelo de história do Brasil realizado por Varnhagen e Capistrano e da literatura nacional defendido por Romero. De fato, a articulação entre a produção do seu texto e a dinâmica do seu contexto experimental, ao mesmo tempo, relações opostas ou antagônicas no campo das idéias e dos saberes como parte constitutiva de um jogo de luta política que Machado de Assis realiza com os seus interlocutores na defesa de suas idéias, cuja intenção é reivindicarem para si mesmos uma autoridade intelectual, tomando a posição de *franco-atiradores* no debate em que estão envolvidos, durante a segunda metade do século XIX.

Essa pode ser uma das prováveis razões que desperta em Machado de Assis o interesse de escrever *O Alienista*. Esses representantes de um saber de cunho oficial, por fazerem parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Varnhagen e Capistrano, ou por ter se formado como bacharel na Escola de Direito do Recife, como é o caso de Romero, reivindicam a responsabilidade de construir um destino cultural e independente para o Brasil. Esse destino consiste em justificar interesses políticos e econômicos que possam sustentar

⁶ De acordo com Schwarcz, o termo eugenia vem de *eu*, que significa “boa”, e de *genus*, que quer dizer genus ou geração. Desse modo, a eugenia é o estudo das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana. Esse conhecimento foi desenvolvido pelo cientista britânico Francis Galton, ao considerar que é possível planejar, pelos métodos estatísticos e genealógicos, casamentos de uma raça selecionada para aprimorar as populações, assim como é possível excluir aquelas indesejáveis, como as relações interracialias.

uma ordem cultural para o benefício de uma elite branca, daí a necessidade de importar da Europa doutrinas filosóficas – como o positivismo e o darwinismo social – que justifiquem esse intuito.

Ventura percebe que a literatura, na condição de um referente do desenvolvimento cultural de um povo, no século XIX, está articulada ao fortalecimento das línguas e dos Estados nacionais. De certo modo, a literatura, produzida na Europa e no Brasil, faz parte de um processo histórico, e ela está marcada por uma complexidade cultural, isto é, a literatura é parte constitutiva da formação educacional do seu autor, dos seus hábitos, de suas aspirações políticas e de suas opiniões pessoais acerca de sua própria sociedade e de sua região. Esses aspectos têm relação com uma objetividade que se pretende alcançar. Nesse sentido, falar de objetividade para se pensar algumas propriedades da literatura, no século XIX, pressupõe compreendê-la como uma referência de conhecimento que veicula a pretensão de afirmar uma identidade cultural acerca de um povo e de uma nação.

Ora, é nesse contexto que literatura e história se aproximam, ao desempenharem um papel em comum, embora ambas apresentem peculiaridades no tocante aos seus estilos de escrita: refletir acerca do “caráter” ou do “espírito” coletivo do povo brasileiro. Desse modo, literatura e história são trabalhadas com uma noção teleológica. Por noção teleológica entendemos que é um porvir, um modo de concretizar um objetivo a curto ou a longo prazo, podendo ser discutida pela literatura e apresentada como proposta pela história, ao relacionar a “origem” da autonomia cultural de uma nação a partir de uma sistematização que possa sugerir o seu progresso e o seu “fim”, a civilização. Pacho esclarece que a filosofia da história, oriunda da Europa e representada por doutrinas como o positivismo e o darwinismo social, defende o progresso do conhecimento e da natureza humana como um resultado do curso irreversível do tempo, durante o século XIX. Nessa época, a Europa assume uma confiança de ter superado fases anteriores menos afortunadas, uma vez que certas mudanças realizadas nesse continente confirmam essa certeza: desenvolvimento e inovação, que se reconhecem como espetaculares, de bens disponíveis mediante a produção industrial, proliferação de grandes cidades e mudanças da vida urbana, controle de doenças infecciosas e crescimento demográfico sem precedentes. Esses exemplos são resultados de uma revolução industrial e tecnológica que proporcionam mudanças nos modos de vida e nos limites geográficos e das relações humanas anteriores (PACHO, 2005). Ao mesmo tempo, a expansão neocolonial da Europa na África e na Ásia convence ainda mais os intelectuais ocidentais de que cultura européia, progresso e civilização estão ligadas. Desse modo, a valorização da cultura européia estende-se para países da América Latina, inclusive para o Brasil, e se impõe

como uma idéia normativa universal para compreender e identificar o último estágio a ser alcançado: a civilização, o “fim” da história. Parece, portanto, que é a procura por uma direção para esse “fim”, respaldadas no positivismo e no darwinismo social, o mote das polêmicas e certezas que alimentam as idéias dos intelectuais *da e na* corte, e de como Machado de Assis as compreende por meio das teorias e das atitudes de Bacamarte em relação aos habitantes de Itaguaí .

É nessas condições que, possivelmente, Machado de Assis investiga e ironiza com certas idéias inspiradas no positivismo e no darwinismo social e que tem implicações desfavoráveis no cotidiano de negros e de mulatos. Durante os anos de 1870, o argumento em torno da raça, conceito esta que fundamenta a identidade nacional de uma nação, é política e historicamente construída como um objeto de conhecimento e que tem o seu sentido redefinido de acordo com o jogo de interesses políticos. É evidente, portanto, que com o enfraquecimento da escravidão, por causa da aplicação da Lei do Ventre Livre, em 1871, há uma preocupação de como substituir a mão-de-obra escrava e o que fazer com o negro liberto (AZEVEDO, 2004; SCHWARCZ, 1991). Desse modo, ao se envolver no jogo de luta política por uma nova organização do conhecimento e por um novo projeto de identidade nacional, Machado de Assis, através de sua literatura, procura refletir acerca da ordem cultural que confere, especialmente aos historiadores, a competência para escrever a história do Brasil subsidiada pelas regras estrangeiras do positivismo. Para isso, Machado de Assis parte do seu ofício de crítico literário, ao escrever, em um artigo intitulado *Literatura Brasileira: instinto de nacionalidade*, para a *Revista Novo Mundo*, em 1873, a seguinte passagem:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1944: 139).

Para Machado de Assis, a imaginação do escritor é a ferramenta de investigação do seu presente, do seu cotidiano, e de assuntos distantes no tempo, tratados pela história do Brasil. Com esse posicionamento, ele procura promover a literatura nacional como um legado da cultura brasileira, assim como a história do Brasil o é para Varnhagen. Não é por acaso que Machado de Assis destaca a obra *Iracema*, de Alencar, como modelo de literatura:

[...] na luta do elemento bárbaro com o civilizado, tem a imaginação literária do nosso tempo ido buscar alguns quadros singular efeito, dos

quais citarei, por exemplo, a Iracema, do Sr. J. de Alencar, uma das primeiras obras desse fecundo e brilhante escritor (ASSIS, 1944: 137).

Se por um lado, Machado de Assis afirma que José de Alencar, em *Iracema*, reconhece a contribuição cultural das tribos indígenas para a história do Brasil, ao tomá-las como foco dessa obra, por outro, ele critica Varnhagen por negá-los como personagens importantes, chamando a atenção para o seu equívoco, por direcionar os seus estudos na direção contrária aos da produção literária da época:

Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros povos deste país, esses podem logicamente excluí-los da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão (ASSIS, 1944: 136-137).

Embora rejeitasse o indianismo como o único estilo de literatura nacional romântica a ser trabalhado pelos escritores brasileiros, aqui não há dúvidas: Machado de Assis procura atribuir à literatura nacional a mesma importância que tem a história do Brasil, desenvolvida pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a preocupação de despertar o patriotismo dos seus leitores, a partir da interpretação do passado histórico, mas sem atribuir exclusividade ao branco colonizador europeu, aos seus descendentes e à Família Real portuguesa, os Bragança. Cano confirma a possibilidade de que Machado de Assis acredita no valor da literatura para avaliar as condições históricas da sociedade do seu tempo. Em 1879, Machado de Assis também se envolveu em um embate, só que dessa vez foi com Capistrano, também membro do IHGB, através da troca de artigos publicados na *Gazeta de Notícias*. Nessa correspondência exaltada de idéias, discutia-se o papel engajado da literatura e se ela poderia explicar a história do Brasil, com o objetivo de despertar o sentimento patriótico dos leitores. A polêmica principal gravitava em torno de quem escrevia de maneira mais competente sobre a história do nosso país: os historiadores ou os literatos?

Nessa época, o IHGB já vinha incentivando os seus filiados a escreverem a história do Brasil⁷. Para isso, um de seus historiadores, Varnhagen, conforme já foi mencionado,

⁷ Schwarcz esclarece que coube a Von Martius uma das responsabilidades por ter apresentado uma solução para compreender o Brasil, após ter vencido o concurso promovido pelo IHGB, em 1844, de “Como escrever a História do Brasil”. A tese de Martius consistia em relacionar o desenvolvimento do país com a composição e aperfeiçoamento das três raças: o índio, o branco e o negro. Portanto, esses autores foram responsáveis por introduzir critérios naturalistas para investigar o meio e a raça, a partir da literatura nacional e da historiografia

procurou apoio nos fundamentos do positivismo, o cânone. Cano aponta para a possibilidade da descrença de Machado de Assis em relação a esse modelo de história, pois ele parece percebê-la como um conhecimento oscilante entre a invenção e a falsificação. De certa maneira, a história do Brasil, escrita por Varnhagen, valoriza apenas a importância do branco colonizador europeu e desconsidera o índio, o que para Machado de Assis não passa de uma manipulação política. A esse respeito, Ferro explica que a história é uma disputa. Isso se deve ao fato de que a história é vigiada pelo Estado e seus organismos na mesma proporção da abertura de sua produção e divulgação. Entretanto, a própria sociedade, que recepciona essa história, elaborada pelo Estado e seus organismos, também pode interditá-la. De fato, a divulgação da história de uma sociedade pode ser questionada pela mesma, quando se percebe que há enganos ou ausência de informações na versão e que pode comprometer a imagem que ela pretende atribuir a si mesma.

Nessas condições, pode-se dizer que, ao publicar o seu trabalho, intitulado *História Geral do Brasil*, entre 1854 e 1857, Varnhagen procurou organizar uma grande síntese do passado das primeiras dinastias portuguesas na América, responsáveis pelo germe da nação e da civilização. Logo, esse caminho para se escrever a história do Brasil, adotado por esse historiador, procura estabelecer um diálogo com o positivismo, na medida em que ele identifica nos colonizadores brancos europeus o papel de representantes da civilização no Novo Mundo. Todavia, para se entender com mais detalhes a proposta desse historiador do IHGB, e porque ela é rejeitada por Machado de Assis, é necessário explicarmos, brevemente, porque e como Comte organiza o positivismo.

Comte desenvolveu o positivismo durante a primeira metade do século XIX, época em que a França, começou a experimentar a sua Revolução Industrial. O progresso técnico-científico – simbolizado pelo trem elétrico, pelo navio a vapor e pelas máquinas etc. – proporcionou conforto para a burguesia e para a aristocracia, despertando em Comte a certeza de que a sua época foi uma fase em que esteve preparando o “fim” da história, mas para ser concretizada no século XX. Trata-se de uma leitura teleológica, conforme já discutimos, e, também, eurocêntrica da história, pelo qual Comte a sustentou, quando justificou que o papel do Estado foi fundamental para a sua realização. Nessa perspectiva, coube ao Estado organizar a sociedade e administrar a produção do conhecimento dela, através da educação e da compreensão de leis naturais que a regula. Foi estudando esse longo processo de interferência estatal e identificando as três fases de desenvolvimento do conhecimento da

brasileira. Esses critérios foram retomados por Varnhagen, a partir de sua obra *História geral do Brasil* (1855), e por Romero na *História da Literatura Brasileira* (1888).

sociedade européia – a teológica ou fictícia (infância), a metafísica ou abstrata (juventude), e a científica ou positiva (idade adulta) –, comprovado pelo curso natural da história européia cristã, que Comte passou a defender o seguinte slogan para o Positivismo: “ordem e progresso”.

Nesse sentido, Comte defendeu que não pode haver progresso técnico-científico sem uma ordem social garantida pela interferência do Estado. E a educação, influenciada pelas ciências naturais, assumiu o papel de ensinar a homens e mulheres o seu papel na sociedade e em relação ao Estado, mas coroando a raça branca como a única capaz, por suas condições físicas, químicas e biológicas, de realizar o “fim” da história. Foi dessa maneira, que o positivismo elegeu a realização do progresso do conhecimento, organizado pelo homem branco, europeu e cristão, e representado, também, pelo herói e pelo Estado, como o sentido para a história da humanidade (LÖWITH, 1991). Assim, uma vez sendo influenciado por essa proposta de Comte, Varnhagen sistematizou uma história do Brasil, dinamizada por heróis brancos portugueses, e que ocuparam destaque político no processo de colonização. Diante dessa proposta era esperado que, possivelmente, Machado de Assis não se agradasse dessa doutrina filosófica. Até porque, quando publicou a sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen passou a ser criticado por Gonçalves de Magalhães, um dos membros do IHGB e autor do épico *A Confederação dos Tamoios*, pela mesma razão que sinaliza Machado de Assis: o tratamento dispensado aos indígenas.

Portanto, quando Machado de Assis exemplificou *Iracema* como uma “obra fecunda” e, concomitantemente, acusou Varnhagen de contrariar a proposta do movimento romântico, predominante no próprio IHGB, havia nele uma intenção latente de refletir acerca da história do Brasil, mas por um outro caminho. Isso significou dizer que, para Machado de Assis, a história do Brasil podia ser demonstrada de forma literária, oferecendo aos seus leitores ensinamentos morais e políticos através de personagens fictícios e que se articularia com certos valores e costumes de seus criadores e da sociedade do qual aqueles faziam parte. Nessas condições, é possível afirmar que Machado de Assis está condicionado por valores culturais do seu tempo, ao organizar um estilo de escrever e de pensar que caracteriza o seu mundo, mas, ao mesmo tempo, procurando se distanciar dele para avaliá-lo através do seu conto, *O Alienista*. Segundo Morin, quando o *imprinting cultural* de uma sociedade é questionado, dialogado e polemizado, infringindo as suas regras, ocorre o seu enfraquecimento. Então, se o *imprinting cultural* da corte, no Segundo Império, caracteriza-se pela crença comum de que todos os costumes e valores europeus são adequados para colocar o Brasil no caminho do progresso e da civilização, é dele que Machado de Assis procura um

certo distanciamento, ao ironizá-lo através do seu dialogismo com a versão da história do Brasil de Varnhagen e Capistrano.

Entretanto, Morin chama a atenção para algumas implicações que pode haver quando um indivíduo procura questionar o *imprinting cultural* de uma sociedade. Para Morin, toda a idéia é identificada por uma sociedade como *não-conforme*, ou seja, como crença discordante, quando ela ameaça romper com os conformismos intelectuais. Essa situação é tratada pela sociedade de maneira *repressiva* ou *intimidatória*, uma vez que a sua normalização, responsável por governar o seu *imprinting cultural*, silencia todo aquele indivíduo tentado a duvidar. De fato, a mesma sociedade que coloca Machado de Assis em destaque pelo seu talento literário, também o ameaça com o poder *imperativo/proibitivo*, ancorado no positivismo e no darwinismo social, ao negar-lhe o direito de contrariar o conjunto de crenças oficiais, que reconhece o branco europeu como uma raça “superior” em detrimento do mulato e do negro. Logo, é nessa perspectiva, que Machado de Assis sofre com as duras críticas de Romero, uma vez que este é influenciado pelas idéias de Spencer.

De fato, as idéias de Spencer também influenciavam os intelectuais por aqui, no que diz respeito à produção do seu conhecimento, bem como reforçava as suas crenças na necessidade do Brasil estabelecer vínculos com as nações européias. Spencer justificava o triunfo da política imperialista da Europa sob regiões atrasadas culturalmente, e isso incluía o Brasil. Ao revisar e adaptar as idéias de **A origem das espécies e a seleção natural**, de Darwin, Spencer desenvolveu o darwinismo social. Esse filósofo inglês defendia que a teoria de Darwin podia ser aplicada à evolução da sociedade. Segundo Darwin, em cada espécie, existe uma permanente concorrência entre seus membros; tanto as plantas como os animais mais aptos transmitem suas características genéticas favoráveis ao maior número de descendentes. Nessas condições, ocorre uma seleção natural das espécies. O darwinismo social, por sua vez, coloca em evidência que, na luta pela vida, só sobrevivem às raças e as nações “mais capazes”. Desse modo, os nossos intelectuais acreditavam que adotar os costumes e valores da França e da França conseguiria garantir que o Brasil não pereceria como povo e nação. De fato, isso os levaram a revisar o papel da política, do ensino, da economia, da saúde pública, inclusive da literatura nacional e da história do Brasil. E, no que diz respeito a esses dois últimos campos do saber, Romero tornou-se o exemplo mais marcante.

Romero, formado pela Escola de Direito do Recife, assumiu, juntamente com Tobias Barreto, a vanguarda da “geração de 1870”. Ventura destaca que, esse movimento literário defende a necessidade de se criar uma literatura nacional com originalidade e autonomia, com

tema, com estilo e com expressões próprias. Partindo desses critérios, esse bacharel acredita que a literatura brasileira pode ter uma razão para a sua existência. Nesse sentido, a relação do meio com as raças locais, bem como o sincretismo de povos e línguas, sob o sol dos trópicos, são considerados fontes da criação literária com novas formas e temas. Para Romero, esse entendimento significa uma alternativa para se valorizar a produção literária nacional, na medida que ela jamais pode alcançar uma qualidade elevada como as das obras de escritores estrangeiros. Na sua concepção, a literatura nacional pode apresentar algum valor através do mimetismo da literatura européia. A miscigenação entre o índio, com a sua preguiça, o português, com o seu gênio autoritário e tacanho, e o negro, com o seu servilismo, gerou uma nação sem qualidades fecundas e originais, daí a necessidade de tentar corrigir esse problema com a incorporação da cultura européia. De acordo com os resultados de suas investigações sobre a contribuição cultural das raças, a partir do ponto de vista arianista de Gobineau, Romero identifica na raça branca, a mais evoluída, diversos ramos: enquanto os germanos, os eslavos e saxões caminham para o progresso, outros grupos, como os celtas e latinos, evidenciam claros sinais de decadência. Assim, para os habitantes do Brasil, uma vez confinados na impossibilidade orgânica de produzir por si mesmos uma cultura tão elevada quanto aos dos europeus, resta-lhes a alternativa da imitação dos costumes e valores do Velho Mundo.

Com isso, Romero acredita que a mestiçagem desempenha um papel positivo na história do Brasil, pois, através dela, é possível eliminar os grupos africanos e indígenas com a integração de ambos à raça branca. Combinando princípios racistas com leis evolucionistas, esse bacharel aposta no triunfo da raça branca na luta pela vida, no Brasil, resultando em implicações qualitativas para a evolução da literatura nacional. É a partir dessas condições, que Machado de Assis, publica um ensaio, em 1879, intitulado *A Nova Geração*, criticando o programa literário de Romero, da seguinte maneira:

A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira

ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; [...] releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fugam também a outro perigo: o espírito da seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas. O espírito de seita tem fatal marcha do odioso ao ridículo (ASSIS, 1944: 253-254).

Desse modo, quais foram as razões que levam Machado de Assis a criticar a proposta de Romero? Parece que o principal incômodo de Machado de Assis em relação as idéias de Romero está nos fundamentos teóricos trabalhados por esse bacharel e que consiste na valorização do “branqueamento”, por intermédio da miscigenação, como solução para ajustar o negro e o mulato, considerados raças “inferiores”, à civilização. De certa maneira, a partir de *A Nova Geração*, Machado de Assis parece ter chamado a atenção de Romero para o seu pedantismo de inspiração científica e pela ausência de estilo de seus textos críticos e literários. Machado de Assis tenta demonstrar as limitações das idéias de Romero, assim como procura defender o seu lugar social de mulato, autodidata e jornalista. Nesse jogo político de intercâmbio intelectual, Machado de Assis aposta na sua competência de escritor para ampliar o seu prestígio social.

Todavia, as críticas de Machado de Assis irrita Romero. Por causa disso, Romero passa a criticar as obras de Machado de Assis, entre as décadas de 1880 e 1890, procurando, na medida do possível, promover a qualidade intelectual do grupo literário, a “geração de 1870”, do qual fez parte e foi influenciado, quando ele ainda estava cursando Direito na Escola do Recife. Romero avalia o estilo literário de Machado de Assis, a partir do critério evolucionista de Spencer. Na concepção de Romero, a literatura brasileira está sujeita a uma evolução de estilos e de escolas. E isso explica porque os escritores são valorizados ou rejeitados, segundo o grau de correspondência com as tendências ideais, identificados por ele. A partir desse processo evolutivo, conforme estabelece Romero, ao assumir o papel de juiz, Machado de Assis enquadra-se em um modelo atrasado de produção literária ao se relacionar com a sociedade. Nesse sentido, o atraso de Machado de Assis, por ter se filiado a um romantismo tardio, confirma, segundo Romero, a sua incapacidade em acompanhar a marcha das idéias modernas. O bacharel vai ainda mais longe com suas argumentações, quando afirma que Machado de Assis não arregimenta discípulos, pois ele não produz uma só idéia original.

A ausência de originalidade nas obras de Machado de Assis, assim como a sua evidente negatividade, segundo a interpretação de Romero, comprova que as suas características psicológicas e individuais, durante a sua produção literária, sujeitam-se à ação

dos fatores naturais, inclusive da raça. Assim, na opinião de Romero, Machado de Assis é um representante da sub-raça brasileira cruzada e que evidencia, junto com os seus personagens, a psicologia mestiça do povo brasileiro. O seu estilo de escrita “[...] *não se distingue pelo colorido, pela força imaginativa da representação sensível, pela movimentação, pela abundância, ou pela variedade do vocabulário*” (ROMERO, 1954: 1624). Daí, uma série de outras argumentações suas continua a manter a literatura de Machado de Assis no “banco dos réus”: não tem qualidade, porque nela falta “[...] *completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza*” (ROMERO, 1954: 1624). Além disso, na perspectiva dele, Machado de Assis, por ser um mestiço e isento de aptidão no controle do vocabulário e da frase, não é competente o suficiente para conseguir integrar o modelo da literatura estrangeira às temáticas locais, balizado pelo tema, pelo estilo e por expressões próprias.

O Segundo Reinado foi uma época em que as condições de sobrevivência de um homem das letras dependiam não só da produção de suas obras, mas também de como o seu público leitor as recepcionava. Desse modo, quando um escritor se envolvia em polêmicas com os seus pares, o sucesso de luta pela sobrevivência de seu prestígio social dependia da posição assumida pelos leitores, no qual desempenhavam o papel de árbitro contra ou a favor dos envolvidos, durante as trocas de réplicas, tréplicas, enfim, de incontáveis revides, carregados nas tintas de suas penas, cuja intenção era a defesa da honra ultrajada. No entanto, Machado de Assis assumiu uma postura contrária a essa tendência, ficando em silêncio em relação aos julgamentos realizados por Romero contra as suas obras. De acordo com Ventura,

o abandono da crítica e da polêmica, além de evitar inimizades que pudessem dificultar suas ascensão social e literária, se ligava ao ceticismo quanto às formas diretas de intervenção cultural e política. A descrença de Machado contrasta com a esperança e o otimismo de Romero com as transformações culturais e políticas ocorridas a partir dos anos 70 (VENTURA, 1991: 105, grifos nossos).

Para Romero, a ausência de participação de Machado de Assis no debate comprova o seu atraso como escritor. Por isso, Romero denuncia que ele não têm convicções políticas, literárias ou filosóficas, ou seja, ele não é um lutador em defesa da modernização do Brasil. Todavia, apesar de ter se distanciado da polêmica, tão valorizada por Romero, Machado de Assis continua fazendo política nas suas obras, mas de maneira sutil e irônica. Além de evitar inimizades que pudessem dificultar a sua ascensão social, é provável que Machado de Assis se sentisse intimidado com prestígio social e político de Romero, pois este era um bacharel. De certo modo, no confronto de forças intelectuais e de prestígio político, Machado de Assis

está em desvantagem em relação a Romero. É interessante observarmos que Romero recorre com frequência a sua época de estudos na Escola de Direito do Recife, como uma reivindicação a um poder político exclusivo, que lhe confere a autoridade de se promover socialmente em relação ao seu oponente, nesse caso, Machado de Assis, e também para demonstrar a competência necessária para julgá-lo. Segundo Castelo Branco:

[...] as instituições (“deusas”) passam a decidir sobre o destino dos indivíduos, encaminhando seus infortúnios ou glórias, sua salvação ou condenação, condicionando seu futuro e traçando seus desejos e aspirações. Assim sendo, minimiza-se a perspectiva de que as instituições funcionam a partir de relações que se estabelecem entre os sujeitos individuais e coletivos, num dado momento histórico, e de que não há como se escapar do processo de luta, em qualquer campo institucional, entre os desejos, as aspirações dos indivíduos, de acordo com o lugar que ocupam dentro desse campo de luta (CASTELO BRANCO, 2005: 30).

Então, de um modo geral, se a Escola de Direito do Recife e de São Paulo, durante o Segundo Reinado, assumiu o papel, a partir da polêmica e da crítica estabelecida entre os seus representantes, de intervir na ordem cultural da corte, por que Machado de Assis não ingressou em uma dessas instituições, como fez Romero e outros intelectuais de sua época? Machado de Assis viveu em uma época em que as melhores oportunidades de trabalho e de educação eram ofertadas aos filhos da aristocracia rural. Por exemplo, o próprio Romero, Tobias Barreto e Joaquim Nabuco receberam parte de sua educação nas dependências de uma casa-grande, residência e símbolo de poder político patriarcal, mantida às custas da exploração da mão-de-obra escrava, na produção do açúcar e de outros produtos agrícolas. Em seguida, eles ausentaram-se desse lugar para se formarem bacharéis. E, uma vez assumindo o papel de doutor, eles se tornaram expoentes do saber instituído politicamente, por serem reconhecidos e contemplados pela sociedade como os “guardiões do saber”, ao adotarem idéias importadas da Europa para serem aplicadas aqui, cuja intenção principal era elevar a cultura do Segundo Reinado a um nível superior de existência, a partir dos projetos elaborados por eles: na literatura, no Direito, para o papel das instituições políticas e educacionais, a defesa do Liberalismo e a inserção do negro na sociedade, a partir da sua miscigenação com a raça branca. Enquanto isso, Machado de Assis aprendeu a ler e a escrever com a sua mãe, Leopoldina, quando ainda era criança e morava em uma chácara, no morro do Livramento, próximo da cidade do Rio de Janeiro. E, em meados da década de 1850, quando

Machado de Assis adotou o Rio de Janeiro como lar definitivo, não havia por lá uma Escola de Direito.

Portanto, Machado de Assis estava impossibilitado de cursar uma Escola de Direito, por três razões: primeira, a crença de que o mulato ocupava o lugar de uma raça “inferior” na sociedade; segunda, ele não era descendente da oligarquia rural, por isso não se enquadrava no perfil de aluno desejado nessas instituições; e, por fim, a terceira, Machado de Assis era filho de agregados de uma chácara, ou seja, ele era descendente de um casal que prestava serviços aos seus patrões em uma pequena propriedade rural e, como esse tipo de labuta não rendia a mesma proporção de lucro que os latifúndios, não havia como enviá-lo para São Paulo ou Recife, por causa dos custos da viagem, da hospedagem e dos livros. Diante dessas circunstâncias, Machado de Assis pode ter procurado o apoio de Joaquim Nabuco para divulgar *O Alienista* e outros contos⁸, incluso na sua obra, intitulado *Papéis avulsos*, em 1883:

[...] *resolvi mandar-lhe estas duas linhas, acompanhadas de um livro meu. [...] Vê V. que, se se lembra dos amigos, o correio não o deixa mal, e é pontual transmissor das suas memórias. Oxalá faça o mesmo com o livro que ora lhe envio, Papeis avulsos [...] Não é propriamente uma reunião de escritos esparsos, porque tudo o que ali (exceto justamente a Chinela turca) foi escrito com o fim especial de fazer parte de um livro. Você me dirá o que ele vale* (ASSIS, 1944: 40, grifos nossos).

Ao enviar a Joaquim Nabuco um exemplar de *Papéis avulsos*, é possível perceber indícios de que Machado de Assis procura o reconhecimento autorizado de um amigo, também um bacharel com prestígio político, para comprovar e manter publicamente a sua competência de escritor, além de assegurar a continuidade de sua ascensão social. De certa maneira, uma vez Joaquim Nabuco reconhecendo a qualidade de *Papéis avulsos*, pode ter possibilitado para Machado de Assis a sua imunidade contra os severos julgamentos realizados por Romero a seu respeito e de suas obras.

Assim, diante das considerações feitas nesse texto, é possível que Machado de Assis tenha produzido *O Alienista* para dividir com o leitor algumas de suas reflexões em torno dos limites e das implicações que tem o positivismo e o darwinismo social no cotidiano do Rio de Janeiro. Na verdade, as motivações e as condições em que esse conto foi publicado, parecem sinalizar para uma preocupação fundamental desse escritor: se por um lado, essas doutrinas

⁸ Além de *O Alienista*, os contos que fazem parte de *Papéis avulsos*, publicado em obra, são: *Teoria do Medalhão*, *A chinela turca*, *Na arca*, *D. Benedita*, *O Segredo do bonzo*, *O anel de Policrates*, *O empréstimo*, *A Sereníssima República*, *O espelho*, *Uma visita de Alcebiades* e *Verba testamentária*.

promovem D. Pedro II e sua corte como a vanguarda responsável pelo destino da nação, por outro, elas não passam de idéias limitadas e que despertam falsas expectativas de mudanças culturais, ao legitimar apenas uma hierarquia de raças no país.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ASSIS, Machado de. **Papéis Avulsos**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 14, 1944.

_____. **Crítica Literária**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 29, 1944.

_____. A Joaquim Nabuco. In: _____. **Correspondência**. São Paulo: W. M. Jackson, v. 31, 1944.

BIBLIOGRAFIAS:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CANO, Jefferson. Machado de Assis, Historiador. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo de Affonso de Miranda (org.). **A História Contada**. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (História do Brasil).

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. Introdução. In: _____. **A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural**. Tradução de Caroline Kazue Ramos Furukawa. São Paulo: Madras, 2004.

DENIS, Benoit. **Literatura e engajamento**. Tradução Luiz Dagoberto de Aguirra Roncari. Bauru: EDUSC, 2002.

FERRO, Marc. **A História Vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco de Adolfo de Varnhagen: *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, v.2, 2001

HOBBSAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: _____. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LÖWITH, Karl. Progresso versus providência: Comte. In: _____. **O Sentido da História**. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1991.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis, 1839-1870**. Ensaio de biografia intelectual. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- MORAES, Ádamo Guedes Santos de. **O cosmopolitismo e a insensatez (1860-1882): a loucura como conformidade cultural no Rio de Janeiro de Machado de Assis.** 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.
- MORIN, Edgar. **O Método. As Idéias.** Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- PACHO, Julían. **Positivismo y darwinismo.** Madrid: Akal, 2005.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias.** Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- _____. Tempo e Narrativa – A Tríplice da Mimese. In: _____. **Tempo e Narrativa.** Tradução de Constança Marcondes César. Campinas – SP: Papyrus, 1994.
- ROMERO, Sílvio. Machado de Assis. In: _____. **História da Literatura Brasileira.** 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympo, tomo 5, 1954.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. **As barbas do imperador:** Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical.** História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.